

PRÁTICA EXTENSIONISTA EM MUSEUS UNIVERSITÁRIOS:

A TRAJETÓRIA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA
E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO PARANÁ (MAE-UFPR)

LAURA PÉREZ GIL, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, CURITIBA, PARANÁ,
BRASIL

Doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná e diretora do Museu de Arqueologia e Etnologia da mesma instituição.

E-mail: laurapg@ufpr.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7366-2959>

BRUNA MARINA PORTELA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, CURITIBA,
PARANÁ, BRASIL

Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), historiadora e vice-diretora no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR. Na mesma instituição, é responsável pelas unidades de Cultura Popular e Arquivo Histórico.

E-mail: bruna.portela@ufpr.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8430-9985>

GABRIELA DE CARVALHO FREIRE, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ,
CURITIBA, PARANÁ, BRASIL

Mestra em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo e responsável pela Unidade de Etnologia Indígena do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

E-mail: gabrielafreire@ufpr.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8110-8512>

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v15i30p247-277>

RECEBIDO

30/07/2020

APROVADO

20/12/2020

PRÁTICA EXTENSIONISTA EM MUSEUS UNIVERSITÁRIOS: A TRAJETÓRIA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (MAE-UFPR)

LAURA PÉREZ GIL, BRUNA MARINA PORTELA, GABRIELA DE CARVALHO FREIRE

RESUMO

O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE-UFPR) é o primeiro museu universitário tanto dessa universidade quanto do estado do Paraná. Ao longo do texto, fazemos um percurso na história do MAE-UFPR, tendo como fio condutor a transformação da sua atuação extensionista. Nas suas primeiras décadas de existência, o museu operava por meio de um entendimento segundo o qual seu papel social se baseava na externalização e difusão do conhecimento. Ao longo dos últimos anos, e em consonância com as transformações da própria museologia e da conceitualização da extensão universitária, o conceito central é o de diálogo.

PALAVRAS-CHAVE

Extensão universitária, Educação museal, Museus de ciência e tecnologia, Museus universitários.

EXTENSION PRACTICES IN UNIVERSITY MUSEUMS: THE TRAJECTORY OF ARCHEOLOGY AND ETHNOLOGY MUSEUM OF FEDERAL UNIVERSITY OF PARANÁ

LAURA PÉREZ GIL, BRUNA MARINA PORTELA, GABRIELA DE CARVALHO FREIRE

ABSTRACT

The Archeology and Ethnology Museum of the Federal University of Paraná is the first university museum both of this university and the state of Paraná. In this text, we describe MAE-UFPR's history, mostly focusing on its extension practices. During its first decades of existence, the museum worked with a comprehension of its social role based on externalization and diffusion of knowledge. Throughout the last years, and in accordance with transformations of museology itself and of the conception of extension activities in universities, dialogue became the central concept.

KEYWORDS

University extension practices, Museum education, Science and technology museums, University museums.

1 INTRODUÇÃO

As universidades são, no panorama internacional, as primeiras instituições a desenvolver museus com uma feição moderna reconhecível. Em grande medida, trata-se de coleções e museus que são criados tendo como alvo o próprio público universitário, sendo entendidos como ferramentas para a pesquisa e o ensino, de forma que sua feição responde a critérios científicos e metodologias de ensino correspondentes a contextos históricos específicos (BOYLAN, 1999). Embora no contexto brasileiro os primeiros museus não tenham surgido atrelados às universidades, sua origem e vocação estão diretamente relacionadas à propagação de conhecimentos científicos (SCHWARCZ, 2001). Nesse sentido, existe uma íntima conexão, histórica e conceitual, entre museus e instituições universitárias enquanto produtores e divulgadores de conhecimentos.

Com o decorrer do tempo, entretanto, os museus universitários começaram a se voltar para o exterior das próprias instituições que os abrigam e, hoje em dia, constituem um tipo de unidade inerentemente extensionista dentro das universidades pelo fato de suas ações características, tais como a organização de eventos e exposições, estarem dirigidas a um público não exclusivamente universitário. É neles onde essa dimensão extensionista, entendida em grande medida em termos do seu compromisso social, se articula de forma mais natural com o ensino e a pesquisa (KREPS, 2015;

SIMPSON, 2017). O objetivo aqui é mostrar a feição que essa articulação entre ensino, pesquisa e extensão adota no caso particular do MAE-UFPR e como o aspecto extensionista, mais concretamente, muda ao longo do tempo, de uma concepção baseada na externalização do conhecimento para outra em que vai tomando cada vez mais peso a ideia de diálogo entre modos de ver, de saber e de fazer.

2 A CRIAÇÃO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ARTES POPULARES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

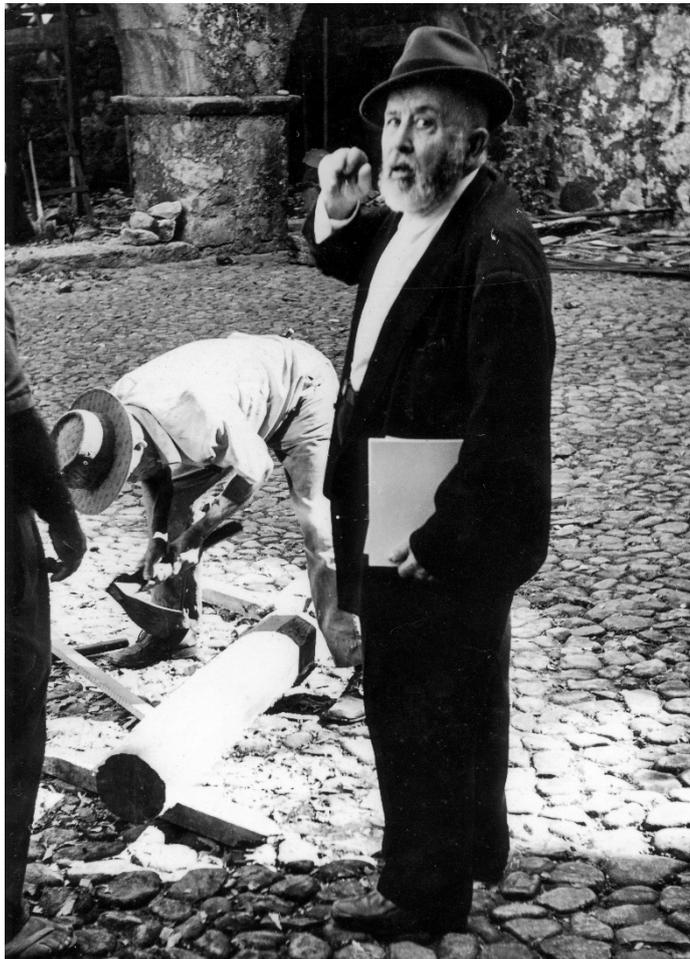
No Brasil, a história comum entre museus e universidades começa na primeira metade do século XX, com a criação das primeiras instituições de ensino superior no país. A Universidade do Paraná, a mais antiga do Brasil, foi criada no dia 19 de dezembro de 1912 e federalizada em 1950, quando então passou a Universidade Federal do Paraná. O primeiro museu a ela vinculado, que é também o primeiro museu universitário do estado, foi inaugurado em 29 de julho de 1963. Foi chamado Museu de Arqueologia e Artes Populares (Maap).

Esteve à frente da criação do museu o médico José Loureiro Fernandes, figura importante para a história e a cultura paranaenses (Figura 1). Dado que a sua trajetória intelectual, política e institucional “sedimentaram a estrutura organizacional e o acervo do Maap” (ROSATO, 2012), é necessário entender sua herança e sua compreensão do museu para analisar seu percurso, especialmente no que se refere à dimensão extensionista, que é o que nos interessa aqui particularmente.

Loureiro Fernandes formou-se em Medicina, mas posteriormente se aproximou das áreas de Arqueologia e Antropologia, cursando antropologia no Instituto de Etnologia da Universidade de Paris entre 1952 e 1953, e se envolvendo intensamente na criação da Associação Brasileira de Antropologia (ANDERSON, 2018). Foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da UFPR e criou, na mesma universidade, o Departamento de Antropologia. Além disso, entre outras atuações em instituições científicas e culturais, foi diretor do Museu Paranaense, vereador na cidade de Curitiba e secretário de Educação e Cultura do estado do Paraná (MARANHÃO, 2005).

FIGURA 1

José Loureiro
Fernandes no
claustro do antigo
Colégio Jesuíta
de Paranaguá,
sede do Museu
de Arqueologia e
Artes Populares,
observando a feitura
de um fuso de
prensa de mandioca.
Fonte: Arquivo
MAE-UFPR. Autoria
desconhecida,
década de 1960.



O interesse e o envolvimento de Loureiro Fernandes na arqueologia e nos estudos sobre folclore foram os grandes norteadores para a criação do museu. Anos antes da fundação do Maap, Loureiro já havia instituído o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (Cepa) na UFPR, em 1956. Também foi ele o responsável pela primeira legislação referente à preservação dos sítios de sambaqui no Paraná, em 1951, quando foi promulgado o Decreto nº 1.346. Mais tarde, em 1961, Loureiro esteve envolvido na elaboração da Lei nº 3.924, que prevê a proteção dos sítios arqueológicos brasileiros. Mantinha contato com arqueólogos e arqueólogas do Brasil e do exterior. Os sítios de sambaqui localizados no litoral do Paraná foram objeto de estudo de Loureiro e de alguns de seus colegas pesquisadores e pesquisadoras, como Annette Laming-Emperaire (CHMYZ, 2005).

Por outro lado, o folclore e a cultura popular também faziam parte dos interesses de José Loureiro, que foi presidente da Comissão Paranaense de Folclore, mantendo diálogo com as principais figuras nacionais dessa discussão, como Edison Carneiro e Renato Almeida. Foi nos anos 1930 que se iniciou no Brasil um movimento forte de preservação das tradições populares e construção de uma identidade nacional. O ano de 1947 foi um marco importante, quando então foi criada a Comissão Nacional de Folclore vinculada à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Em 1953 aconteceu em Curitiba, sob a coordenação de Loureiro, o II Congresso Nacional de Folclore, com o tema Folguedos Populares. Em 1958 o movimento ganhou força com a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, sob a coordenação de Renato Almeida.

Aliado esses interesses, Loureiro Fernandes também estava envolvido com as políticas de patrimônio elaboradas pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual Iphan. Foi por meio da Diretoria que Loureiro conseguiu passar para a guarda da UFPR o antigo Colégio Jesuíta de Paranaguá, monumento tombado em 1938. O prédio iria abrigar o Museu de Arqueologia e Artes Populares.

O fato de o Maap estar localizado no litoral do Paraná também diz muito sobre os objetivos de Loureiro. Os sítios arqueológicos dos sambaquis, de onde veio boa parte do acervo, estavam no litoral. E era também na região litorânea do Paraná que viviam algumas das populações tradicionais que despertavam o interesse de Loureiro, como os caiçaras. Ali era possível ver as influências indígenas e portuguesas que, de acordo com ele, se refletiam nos modos de vida, nos saberes e fazeres daquela população. Não por acaso, o acervo de cultura popular do museu é composto em grande parte por objetos provenientes de comunidades litorâneas paranaenses.

O museu, portanto, foi inaugurado em 1963 como espaço de divulgação das pesquisas em arqueologia e também de afirmação de uma identidade nacional que estava sendo construída por meio da cultura popular e do folclore.

3 AS ORIGENS E FUNDAMENTOS DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS NO MAE: A EDUCAÇÃO COMO FUNDAMENTO DOS MUSEUS

No projeto do seu criador, Loureiro Fernandes, o Maap foi concebido como parte de um projeto mais amplo. O rascunho de um organograma elaborado por ele no início da década de 1960¹ fornece algumas pistas sobre sua visão. No centro do esquema, aparece o Departamento de Antropologia, onde eram ministradas as disciplinas de Antropologia Física, Etnografia Geral e Etnografia do Brasil. É feita também uma conexão com a disciplina de Língua Tupi, cujo responsável era o linguista Aryon Rodrigues, lotado no Curso de Letras. Ao Departamento de Antropologia estão conectados o Maap (atual MAE) e o Museu Paranaense, que Loureiro tencionava integrar à UFPR. Efetivamente, ele havia projetado a construção de um grande prédio na praça central da cidade de Curitiba, a Santos Andrade, que abrigaria tanto a FFCL como o Museu Paranaense² (FURTADO, 2006).

O esquema descrito é uma representação de como Loureiro concebia institucionalmente o Departamento de Antropologia no marco da UFPR, fornecendo também algumas informações sobre sua visão da Antropologia como disciplina e, no que nos interessa especialmente, do papel dos museus como espaços fundamentais para a efetivação de determinadas ações inerentes tanto à Antropologia quanto à Arqueologia.

No esquema, junto ao nome de ambos os museus, ele faz a seguinte anotação: “antropologia aplicada à educação popular”. Nesse sentido, os museus parecem ser para ele espaços onde o conhecimento – nesse caso arqueológico e antropológico – produzido na universidade é externalizado com objetivo principalmente pedagógico. Atribuir uma função pedagógica aos museus não era excepcional. Nas décadas de 1940 e 1950, no contexto do desenvolvimento de uma “antropologia da ação” que preconizava o engajamento do antropólogo nas causas dos grupos estudados, Darcy Ribeiro criava o Museu do Índio, cujo lema era “um museu contra o preconceito” e que tinha o propósito político específico de servir como instrumento para o combate do preconceito em relação às populações indígenas. Paralelamente,

1 Documento publicado em Chmyz (2005, p. 88).

2 Apesar de, inicialmente, o projeto ter sido acatado pelo então governador Manoel Ribas, seu sucessor, Moysés Lupyron, frustrou as pretensões de Loureiro construindo o Teatro Guaíra no espaço destinado a esse projeto (CHMYZ, 2005).

no contexto internacional pós-Segunda Guerra Mundial, a partir da ação de uma geração de antropólogos que aliam pesquisa e militância, cria-se o Museu do Homem em Paris como projeto iluminista e humanista (ABREU, 2007). Articulando a conservação das coleções, a produção de conhecimento e o ensino acadêmico – na concepção de Paul Rivet, então diretor do Museu – a função essencial do museu era ser um espaço no qual qualquer pessoa, independentemente do seu grau de instrução, pudesse aprender, de forma simples, novos conceitos. As teorias antropológicas, principalmente de inspiração boasiana, constituem aqui a base de ações museológicas que têm o objetivo de valorizar a diversidade cultural e a solidariedade como princípios para a paz mundial, e de combater o racismo colocando em evidência a igualdade entre as diferentes raças humanas e as contribuições de cada uma ao desenvolvimento da humanidade (BACKX, 2018).

Cabe questionar, a partir do contexto desse período, que tipo de conhecimento os museus deveriam promover na concepção de Loureiro. Embora ele não tenha se eximido de uma atuação indigenista, o que se refletiu especialmente em sua luta para conseguir a demarcação territorial para os Xetá³ e sua denúncia nacional e internacional da situação sofrida por esse povo indígena (LIMA, 2018), não parece que ele entendesse a exteriorização de conhecimentos que devia ser exercida pelos museus como sinônimo de engajamento indigenista.

Embora sejam necessárias pesquisas sobre suas exposições no Museu Paranaense e no Departamento de Antropologia, as características da exposição que ele montou no Maap, que detalharemos melhor posteriormente, aponta para uma concepção dos museus como difusores de conhecimentos científicos (nesse caso as teorias evolucionistas), mas sem os propósitos políticos de combate ao racismo e preconceito dos projetos museológicos de alguns pesquisadores contemporâneos a ele e seus interlocutores, como Darcy Ribeiro (Museu do Índio) e Paul Rivet (Museu do Homem de Paris). Segundo palavras do próprio Loureiro:

³ Trata-se de um povo indígena contatado no início da década de 1950 na Serra dos Dourados, no Paraná, em decorrência da invasão do território que habitavam por parte das frentes coloniais. O resultado foi a quase desaparecimento do grupo, restando apenas alguns poucos sobreviventes. Desde os primeiros encontros, a SPI organizou expedições de contato e “pacificação”, nas quais Loureiro foi convidado a participar (SILVA, 1998). Em decorrência das expedições realizadas, foram formadas algumas coleções etnográficas, uma das quais está depositada no MAE-UFPR.

(O museu) ministra ensino primário aos que não sabem ler, no sábio amargo dos objetos expostos; robustece o ensino secundário despertando, na sistematização das suas coleções, o entusiasmo dos jovens iniciados para a conquista da solução de intrincados problemas científicos (*apud* FURTADO, 2006, p. 51).

Porém, a função pedagógica não era a única atribuída por Loureiro aos museus. Além de constituírem espaços para exposições, no organograma anteriormente mencionado ele deixa claro que essas instituições devem ser espaços para a produção de pesquisa e sua divulgação por meio de publicações. Assim, o Maap é definido no organograma como base para cadastro das jazidas arqueológicas do litoral paranaense, pesquisa e o acondicionamento do material decorrente desta. Associado ao museu, Loureiro registra um posto avançado, chamado de “Acampamento Posto de Passagem”, e localizado nas margens do rio Guaratuba, com barcos motorizados e infraestrutura básica para o desenvolvimento de pesquisa arqueológica e de etnografia no litoral paranaense (CHMYZ, 2005).

O megaprojeto de Loureiro, localizado num espaço egrégio da cidade, tinha, portanto, como ponto neurálgico o Departamento de Antropologia, e integrava cursos de outros departamentos (como o de Língua Tupi, do Departamento de Letras), um Centro de Pesquisas Arqueológicas (Cepa) e dois museus (o Paranaense e o Maap). Cabe destacar que esse esquema que ele desenha revela uma concepção da atividade acadêmica que articula a pesquisa, o ensino e a extensão, mesmo que esta tenha um sentido diferente daquele dado hoje em dia, e que espaços museais e coleções desempenham um rol privilegiado nessa concepção.

Há várias informações que apontam para o fato de que, para Loureiro, a pesquisa estava intimamente ligada à constituição de coleções científicas e museais. Isso pode ser mais ou menos óbvio e inevitável no que diz respeito às pesquisas arqueológicas, que ele impulsionou decisivamente na região do litoral paranaense e que nutriram os acervos do Maap e do Cepa. Mas também as pesquisas etnológicas, tanto as desenvolvidas por ele quanto por seus alunos e colaboradores, envolviam, quase inexoravelmente, a coleta de objetos que passavam a integrar o acervo do Maap ou a coleção de etnologia indígena, conservada no Departamento de Antropologia.

As motivações para a coleta desses objetos parecem ser várias. Uma delas foi o “pessimismo sentimental” (SAHLINS, 1997) compartilhado

com muitos de seus contemporâneos (GONÇALVES, 1996): efetivamente, a convicção de que determinados costumes e culturas estavam em vias de extinção e de que era necessário garantir seu resgate e preservação orientou sua concepção dos museus (KERSTEN, 2005).

Outra motivação parece ser a adesão às teorias evolucionistas, ancoradas nas ciências biológicas, o que certamente guarda relação com sua formação como médico (ROSATO, 2012). Não devemos esquecer que, tanto no Brasil como no exterior, a origem dos museus de etnologia está intimamente ligada aos processos coloniais e às teorias evolucionistas, e que foram instrumentos para a formação de discursos hegemônicos de caráter racista e, em muitos casos, de violência contra as populações indígenas (AMOROSO, 2006; SCHWARCZ, 2001), atingindo dimensões especialmente trágicas com os “zoológicos humanos” (PEYDRO, 2011).

As concepções evolucionistas de Loureiro, por sua vez, estavam muito mais relacionadas a seu interesse pelo tema do desenvolvimento das tecnologias, não o impedindo de agir em favor das populações indígenas. Sua defesa dos direitos territoriais dos Xetá recém-contatados, por exemplo, mostra certo engajamento político com essas populações⁴. Assim, o evolucionismo cultural de Loureiro Fernandes estaria muito mais centrado na classificação tipológica dos objetos e sua ordenação numa sequência orientada por uma ideia de progresso (CHAPMAN, 1985). O desenvolvimento tecnológico a partir de um esquema evolutivo é, precisamente, o fio narrativo da exposição montada por Loureiro no Maap. Essa exposição esteve em exibição de 1962, quando foi parcialmente inaugurada, até 1989, e tinha como título “Roteiro Evolutivo das Técnicas”. Sua narrativa expográfica seguia uma linha temporal em que materiais pré-históricos, objetos indígenas contemporâneos e cultura material das populações tradicionais do litoral eram organizados sequencialmente, conforme o progresso tecnológico pressuposto. Por exemplo, as técnicas cerâmicas dos povos indígenas contemporâneos são consideradas “sobrevivências de técnicas cerâmicas pré-históricas”, da mesma forma que as técnicas usadas pelos artesãos populares são produto da fusão

4 Em 1962, por exemplo, publica no *Bulletin of international committee on urgent anthropological and ethnological research*, um texto no qual apelava à necessidade de criar uma reserva florestal para os Xetá com o objetivo de evitar seu desaparecimento, iniciativa que ele movimentava politicamente no Paraná (FERNANDES, 1962).

entre a herança “primitiva” indígena e as técnicas aportadas pelos europeus. Assim, os objetos são organizados em um eixo no qual as técnicas e os objetos indígenas são qualificados de “primitivos”, enquanto a contribuição europeia é conceituada como um fator de melhoramento (SALLAS, 2009).

A adesão de Loureiro às teorias evolucionistas transparece em vários outros aspectos da sua atividade profissional, como em seus escritos (LIMA, 2018) ou no conteúdo das suas aulas. Contudo, e para introduzir uma perspectiva ao fato de que ele continuava sustentando esse paradigma teórico nos anos 1950 e 1960, quando ele já havia sido rigorosamente criticado e descartado nacional e internacionalmente, é interessante considerar que, contemporaneamente a Loureiro, o Padre Dreher defendia teorias criacionistas na disciplina de Introdução à Filosofia na mesma universidade (HELM, 2005). Por contraste, Loureiro aparecia, assim, como grande defensor da ciência aos olhos dos seus alunos. No que diz respeito aos museus, eles pareciam constituir para Loureiro instituições estratégicas para a difusão da ciência produzida no contexto acadêmico para uma população que não tinha acesso imediato a esses conhecimentos.

Para além das exposições, e voltando para a constituição das coleções etnográficas, a qualidade persuasiva e ilustrativa atribuída aos objetos arqueológicos e etnográficos parece ser também a razão de que os usasse como material pedagógico fundamental nas suas aulas. O depoimento de Igor Chmyz lembrando uma ocasião em que ele demonstrou o uso de uma zarabatana maku é expressivo:

As aulas eram geralmente teatralizadas, pois ele gostava de demonstrar o funcionamento de artefatos arqueológicos e etnográficos. Foi espetacular, por exemplo, uma encenação que fez do uso da zarabatana desferindo a seta, com forte sopro, contra a cortina da sala (CHMYZ, 2005, p. 91).

Com esse propósito fundamentalmente pedagógico, Loureiro foi muito ativo na constituição de um acervo de cultura material dos povos indígenas do Brasil, que, como mencionado, era conservado no Departamento de Antropologia (FURTADO, 2006). Seu principal agente para isso foi Vladimír Kozák, que realizou expedições a diversos territórios indígenas, tendo como um de seus principais objetivos a constituição de coleções. Porém vários jovens pesquisadores que colaboravam com Loureiro, como

Cecília Helm ou Aryon Rodrigues, aproveitavam cada viagem de pesquisa para coletar objetos que passavam a integrar o acervo existente no Departamento de Antropologia.

Além de serem usados durante as aulas, objetos dessas coleções foram utilizados em exposições tanto nos museus como no próprio Departamento, que contava com uma sala de exibição onde foram montadas exposições temporárias visitadas principalmente pelo público universitário e escolar.

O projeto institucional de Loureiro respondia, portanto, a um propósito científico e a uma adesão teórica específica, mas era também coerente com o contexto nacional da época. Apesar da criação precoce da UFPR, o período compreendido entre 1930 e 1960 se caracteriza precisamente pela criação e crescimento das universidades brasileiras (PEIXOTO, 1989). O profundo compromisso científico de Loureiro, ressaltado por seus alunos e colaboradores, se reflete em vários outros aspectos, desde o constante esforço por atrair pesquisadores estrangeiros para ministrar cursos e qualificar os profissionais em formação, até o empenho por dotar as instituições criadas de instalações, equipamento e tecnologia moderna. Dessa forma, o departamento contava com uma “Sala de Som”, com tratamento acústico, para estudos linguísticos e etnomusicológicos, assim como com

“um anfiteatro com tela para projeções cinematográficas, que surgia assim que dois quadros-negros eram abaixados, projetor de cinema sonoro, de diapositivo, epidiascópio, gravador de fita, mapoteca situada nos armários laterais embutidos e dispositivos para a sua exposição aos lados da tela” (CHMYZ, 2005).

Para além do compromisso com a produção e divulgação científica e com o ensino, o projeto institucional e a variedade e profusão de atividades de Loureiro parecem apontar para uma visão particular sobre o papel da ciência e da universidade na sociedade, onde os museus ocupam um lugar central.

Foi mencionada aqui a ideia de que os museus e a sala expositiva no Departamento seriam, na sua visão, espaços para uma “antropologia aplicada” voltada para a “educação popular”. As exposições compartilhavam com seus cursos da universidade os temas tratados e as teorias às quais se sentia ligado intelectualmente. Nelas o conhecimento científico era veiculado com outro formato e para um público diferente.

A difusão do conhecimento não era a única atividade direcionada ao público externo à universidade que Loureiro e seus colaboradores promoveram. Seguindo a prática comum no contexto universitário brasileiro da época de convidar pesquisadores estrangeiros, franceses e norte-americanos, principalmente, com a finalidade de promover pesquisas no país e, sobretudo, de formar os quadros profissionais universitários do futuro (PEIXOTO, 1989), Loureiro Fernandes atraiu para o Paraná vários desses pesquisadores. Embora a lista seja longa, não podemos deixar de mencionar o casal de arqueólogos formado por Joseph Emperaire e Annette Laming-Emperaire, e o casal Julio e Janine Alvar, por sua conexão mais intensa com o Maap. Durante suas estadias, desenvolveram diversas atividades de pesquisa, formação de coleções e a realização de documentários e cursos de caráter extracurricular⁵ e que, embora especialmente pensados para os alunos universitários, estavam abertos para o público externo. Assim, cursos de arqueologia e museologia foram realizados no então Maap em ocasiões organizados em colaboração com o Cepa (ROCHA, 2005).

Dessa forma, embora na época da criação do Maap a extensão universitária ainda não houvesse sido institucionalizada, as ações oferecidas pelo museu, como cursos e eventos, além da própria exposição, já poderiam ser consideradas atividades extensionistas da Universidade. Somente cinco anos após a criação do Maap, em 1968, foi promulgada a Lei Básica da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/1968), que institucionalizou a extensão. O artigo 20 previa que “as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes”.

O grande projeto de Loureiro Fernandes sofreu os efeitos das políticas estaduais e universitárias. Já mencionamos que a construção de um prédio que integrasse os cursos de Humanidades e que abrigasse também o Museu Paranaense foi frustrada pelo então governador do estado. Em 1972, em decorrência da Reforma Universitária de 1968, o Maap foi transformado em órgão suplementar, e não mais diretamente ligado ao Departamento de Antropologia, o que implicava que nenhum docente poderia ser lotado

⁵ Loureiro vinha promovendo essas atividades extracurriculares na Faculdade de Filosofia desde a década de 1940 (FURTADO, 2006).

nele, dificultando o diálogo do museu com as áreas de ensino e pesquisa. Dado que não havia técnicos ligados às áreas de conhecimento do museu na universidade, nem previsão de concurso para sua contratação (ROCHA, 2005), a consolidação de um quadro profissional foi um problema que o museu arrastou até a década de 2010, quando a equipe de profissionais lotados no museu, com formação superior específica nas suas áreas de conhecimento, começou a se consolidar. Embora o atual MAE não esteja vinculado institucionalmente ao Dean, na prática os docentes do departamento têm participado ativamente de suas atividades, assumindo seja a direção, seja a chefia de algumas das unidades científicas. Por outro lado, os regimentos, tanto do museu como do Dean, registram esse vínculo histórico, temático e institucional.

José Loureiro Fernandes se manteve à frente do museu quase até seu falecimento, em 1977. Depois dele, assumiram a direção do museu antropólogas, quase todas professoras do Departamento de Antropologia da UFPR, que deram continuidade ao projeto de Loureiro, mas não sem fazer importantes rupturas. Uma das primeiras aconteceu no ano de 1992, quando o museu passou a se chamar Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá (Maep). Saiu de cena a cultura popular para dar espaço à etnologia indígena. Até então, o museu mantinha em seu acervo pouquíssimas peças relacionadas aos povos indígenas. A partir dos anos 1990 essa se tornou uma temática central para o museu. Veio do Departamento de Antropologia uma das primeiras contribuições nesse sentido, com a transferência para o museu de uma importante coleção formada ainda por Loureiro Fernandes, mas que era mantida no departamento⁶. Incluem-se aí objetos, fotos e filmes do povo indígena Xetá. Hoje, o MAE-UFPR tem um importante acervo de etnologia, formado por mais de 3,500 objetos de mais de 40 povos indígenas brasileiros.

Em 1999 o nome do museu passou por outra mudança: Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR (MAE-UFPR), e não mais de Paranaguá. Apesar do museu estar vinculado à universidade desde sua fundação, havia a ideia equivocada de que pertencia à prefeitura de Paranaguá, o que é

⁶ A coleção de etnologia até então acervada no Dean foi transferida ao Maep. Esse acervo era formado por 1.476 objetos etnográficos e 4.069 documentos imagéticos.

compreensível, uma vez que não há na cidade campus da UFPR. Essa sempre foi uma dificuldade enfrentada pela equipe, já que os cursos de graduação relacionados às temáticas do museu estavam em Curitiba, distante 100 km de Paranaguá. Apesar de contar com servidores efetivos no museu, parte da equipe, principalmente os professores, se dividia entre as duas cidades. O mesmo acontecia com alunos e alunas da UFPR interessados em desenvolver atividades no museu⁷.

No ano de 2006, parte desses problemas em relação à distância e à atuação de estudantes no museu foi atenuada. A Reserva Técnica, que até então estava localizada em um prédio emprestado para a UFPR em Paranaguá, foi transferida para Curitiba, no campus Juvevê. O espaço, de cerca de 300 m², foi equipado com armários deslizantes para o acervo e com uma área de trabalho para a equipe do museu. A transferência da reserva técnica para Curitiba e a consequente proximidade física com os cursos de graduação da UFPR abriu novas possibilidades para o MAE, que pôde exercer mais facilmente suas funções de museu universitário.

Atualmente, o MAE está integrado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, o que, entre outras questões, implica em um envolvimento intenso com as políticas universitárias desenvolvidas por ela. No que se refere às ações extensionistas, a proposta “pedagógica” deixada por Loureiro esteve presente por muito tempo, especialmente se considerarmos que as sucessivas diretoras do Museu foram ex-alunas intimamente ligadas à sua concepção. Nos últimos anos, esse entendimento sobre as atividades extensionistas vem mudando.

4 AÇÕES EXTENSIONISTAS NO MAE ATUALMENTE: O DIÁLOGO COMO PRINCÍPIO DE ATUAÇÃO

Na resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, se estabelecem as diretrizes, os princípios e a definição a respeito da extensão na educação superior brasileira. No artigo em que se elabora a concepção da extensão universitária, há vários conceitos-chave enfatizados como essenciais: interação dialógica com a sociedade; formação cidadã dos estudantes; processo interdisciplinar;

⁷ Não podemos deixar de mencionar a atuação de estudantes da Universidade Estadual do Paraná, a Unespar, que tem um campus na cidade de Paranaguá e sempre foi parceira do MAE.

promoção da interculturalidade; compromisso social; consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena. Todos eles são aspectos inerentes ao trabalho num museu universitário, como o MAE-UFPR, cujo acervo é focado nas temáticas de arqueologia, etnologia e história e se refere, em grande medida, a populações que são detentoras de tradições culturais e sociais minoritárias, muitas vezes periféricas.

O ponto que gostaríamos de destacar é, no que tange às ações extensionistas do MAE, a transformação da concepção do museu como ferramenta para externalizar o conhecimento produzido na universidade para uma concepção do museu como espaço de e para o diálogo. A interação dialógica ocorre em diversos planos. Numa dimensão mais interna, ela se dá entre alunos, técnicos e professores que nele atuam e desenvolvem ações. A esse respeito, a dialogicidade interna deriva, de um lado, do fato de o museu ser um espaço de trabalho interdisciplinar onde cada um aporta seu conhecimento e precisa se abrir aos conhecimentos dos outros. De outro, ocorre porque, frequentemente, as ações têm diferentes desdobramentos e não são unidirecionais: uma pesquisa sobre coleções ou ações do museu pode se tornar uma ação extensionista ou ser a base para uma disciplina.

Em dimensão mais externa, o MAE caminha para o entendimento de que as ações são antes produto da colaboração, mais do que um conhecimento que a universidade leva para a sociedade. Mostraremos esses diversos sentidos da dialogicidade a partir de experiências concretas, concluindo com alguns apontamentos sobre a centralidade dos museus universitários como espaços privilegiados para curricularizar a extensão.

Podemos dizer que, dentre as atividades extensionistas do MAE na atualidade, as de maior destaque são as desenvolvidas pela unidade das Ações Educativas. Ela se consolidou ao longo da última década, especialmente a partir da produção de materiais destinados ao público escolar dos ensinos fundamental e médio, tanto aos professores como aos estudantes.

O início do trabalho de maior fôlego das ações educativas do MAE-UFPR tem origem em dois pontos. O primeiro é a produção das Caixas Didáticas do MAE, que surgiram no contexto de restauro da sede do museu em Paranaguá, iniciado em 2006 e concluído em 2009. Nesse período de fechamento, a equipe elaborou uma série de atividades, como cursos,

seminários, oficinas e as Caixas Didáticas (VÖRÖS, 2005). Foram criadas três caixas, uma para cada área científica do MAE: arqueologia, etnologia indígena e cultura popular. Dentro delas foram colocados objetos referentes às áreas mencionadas, alguns do próprio acervo, quando havia mais de um exemplar, e a maioria réplicas produzidas pela equipe, inclusive bolsistas (CARID NAVEIRA *et al.*, 2014). As Caixas Didáticas eram uma tentativa de aproximar o museu de seu público mesmo estando com as portas fechadas. A estratégia funcionou⁸ e esse material vem sendo produzido ainda hoje com diferentes temas.

O outro ponto importante na consolidação das ações educativas do MAE foi a criação da Sala Didático-Expositiva em Curitiba, em 2009. Era o terceiro espaço do museu, que já contava com a sede expositiva em Paranaguá e com a Reserva Técnica em Curitiba, trazida em 2006. A Sala Didática se tornou um espaço de discussão e de produção dos materiais lúdico-pedagógicos do museu, e também de aplicação desses materiais, com a recepção de escolas que visitavam a exposição ali existente e que participavam de oficinas propostas pela equipe de ações educativas, composta em grande parte por alunas e alunos bolsistas.

Foi, portanto, com as ações educativas que o MAE consolidou seu papel extensionista dentro da universidade. Grande parte da extensão oferecida pelo museu é possibilitada pelas bolsas ofertadas anualmente pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPR, que permitem trazer estudantes de graduação para o museu. O acesso a essas bolsas só se tornou possível com a institucionalização de programas e projetos de extensão.

A partir de 2011, a equipe de técnicos de nível superior do museu cresceu e cada uma das unidades científicas passou a ter um(a) especialista responsável. Isso possibilitou a abertura de novos projetos e programas de extensão que iam além das ações educativas. As unidades ligadas ao acervo e também à área de difusão cultural e museologia passaram a contar com o trabalho de cada vez mais bolsistas. Ampliou-se, assim, a atuação extensionista de maneira institucionalizada e o MAE chegou a ter, em um único ano, mais de 50 alunas e alunos atuando nos projetos do museu.

⁸ O projeto das Caixas Didáticas ganhou menção honrosa no prêmio Darcy Ribeiro e foi indicado pelo Instituto de Patrimônio Histórico Nacional (Iphan) a concorrer ao prêmio Rodrigo de Melo e Franco.

Os bolsistas de extensão estão envolvidos em atividades cotidianas de manutenção do acervo, como o acompanhamento do estado de conservação dos objetos, o reordenamento de sua posição nos armários da Reserva Técnica e a organização e digitalização dos documentos do Arquivo Histórico; nas pesquisas realizadas junto à comunidade externa, como as populações indígenas, caiçaras e do interior paranaense; na produção de materiais de divulgação, como cartazes, *folders*, livros, vídeos, documentários e catálogos; nas ações educativas, que incluem a reformulação das Caixas Didáticas, a elaboração de jogos educativos e as visitas às exposições; e na elaboração e construção das mostras realizadas no Prédio Histórico. Todas essas atividades, vale ressaltar, são acompanhadas e orientadas pela equipe de técnicos e docentes do museu.

Os ambientes da Reserva Técnica em Curitiba e da Sede Histórica em Paranaguá, portanto, ficam povoados de alunos das mais variadas graduações ofertadas pela UFPR: Ciências Sociais, História, Design Gráfico e de Produtos, Pedagogia, Jornalismo e Relações Públicas são apenas alguns dos cursos de procedência dos bolsistas. Ao longo de sua história, o MAE já abrigou discentes de aproximadamente 20 graduações diferentes. Essa presença favorece algo que já é inato aos museus: a interdisciplinaridade. Qualquer ação realizada no MAE envolve mais do que apenas uma área disciplinar. O trabalho com as peças do acervo, por exemplo, demanda conhecimentos acerca da museologia e da área científica a que pertence a coleção a ser manipulada. A elaboração de materiais de divulgação das atividades do museu precisa conjugar conhecimentos de design gráfico e do conteúdo da divulgação. Desse modo, ainda que os bolsistas de extensão estejam vinculados a determinadas áreas, eles são necessariamente levados a dialogar e trabalhar em colaboração com pessoas de outras áreas para realizar suas tarefas.

Essa interdisciplinaridade acaba por trazer uma contribuição importante para a formação dos alunos bolsistas. Em paralelo ao curso da graduação, onde eles aprendem teorias e técnicas específicas à sua área de formação, eles adquirem, no MAE, a experiência de colocar aquilo que aprenderam

em prática e em diálogo com outras áreas⁹. O ex-bolsista Marcelo Hoff, que trabalhou no MAE entre 2014 e 2015 e era, na época, estudante de Design Gráfico da UFPR, conta sua experiência na construção da exposição “Assim vivem os homens”, no quarto volume da *Revista TOM* (POLITANO *et al.*, 2016). Segundo ele, o ambiente do MAE ofereceu a oportunidade de

aplicar processos de pesquisa e análise, criação e validação com que entramos em contato durante a universidade, mas que raramente são aplicados em um ambiente de trabalho puramente comercial, onde prazos curtos e a receita final têm mais valor do que o projeto como um todo (POLITANO *et al.*, 2016, p. 198).

Para Marcelo, a experiência no MAE foi muito importante para ampliar seu campo de visão acerca do Design Gráfico como área de atuação e sobre a importância social que essa profissão pode ter fora de sua aplicação mercadológica. A experiência de Marcelo Hoff, nesse sentido, foi beneficiada pela interdisciplinaridade característica das atividades do MAE, e essa afirmação pode ser aplicada também aos outros bolsistas do museu.

É importante ressaltar que, durante o período em que estão envolvidos com o MAE – seja como bolsistas de extensão ou voluntários –, os alunos são incentivados a participar de outra experiência que, muitas vezes, não é propiciada pelos cursos de graduação: o diálogo que o museu e a universidade efetuam com a comunidade externa. As exposições e outros produtos (como livros e catálogos) realizados pela equipe do MAE em conjunto com a comunidade externa contam com o apoio dos alunos, que se envolvem nas mais variadas frentes, de acordo com sua área de formação. Alunos de Ciências Sociais frequentemente vão a campo para apoiar a equipe do museu e aprender sobre técnicas de trabalho de campo em Antropologia e Arqueologia, por exemplo. Mesmo alunos de cursos como Design também se envolvem nessas atividades, que acabam influenciando o produto final a ser entregue, seja ele a identidade visual de uma exposição, um livro paradidático ou um catálogo. Assim, levar a universidade e o museu para além de seus muros e trazer dessas comunidades novos conceitos e

⁹ Pasqualucci (2020, p. 8) também considera que os museus figuram como “um espaço para a realização de outras experiências de formação”, que acaba propiciando aos discentes universitários experiências complementares àquelas adquiridas em sua grade curricular.

conhecimentos para o ambiente acadêmico é outro aprendizado propiciado pela experiência dos alunos no MAE.

Muitas vezes, depois de ter concluído o período de bolsa de extensão, os alunos acabam se engajando em pesquisas acadêmicas sobre o museu. O MAE e seu acervo, seus jogos, exposições e ações educativas inspiraram monografias de graduação e dissertações de mestrado escritas por ex-bolsistas que, ao conhecer o cotidiano do Museu, se interessaram pelos temas e propuseram discutir questões de grande importância não apenas para sua formação acadêmica, mas também para o conhecimento acerca da história do próprio museu. À guisa de exemplo, podemos citar as dissertações de mestrado em Antropologia Social de Marisa Cristina Rodrigues (2010)¹⁰, *Caixas e coisas: o MAE expandido*, e de Barbara Bueno Furquim (2015)¹¹, um dos principais estudos sobre o acervo de Cultura Popular do museu; e as monografias de conclusão do curso de Ciências Sociais de Renata de Pina Costa (2012), sobre os objetos Ka'apor acervados no MAE e no Museu Paranaense, e de Luana Maria de Souza (2017), intitulada *Contextos e processos de formação da coleção xetá do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR*. Mais recentemente, a aluna do curso de Ciências Sociais Julia Reis Cordeiro (2020) escreveu um relato sobre sua experiência com a curadoria da exposição “Entre conchas: modos de vida nos sambaquis” e sobre a recepção do público do museu à mostra. Na trajetória dessas alunas é possível afirmar que há uma via de mão dupla nas relações entre o museu e seus bolsistas: de um lado, o MAE fornece o ambiente propício para a realização de pesquisas que têm papel relevante em sua formação; de outro, as alunas e alunos contribuem para o trabalho curatorial das coleções realizado no museu.

Mais do que isso, é possível afirmar que o ensino, mesmo não formalizado, também está presente nas relações entre a equipe do museu e seus bolsistas. No cotidiano do MAE, os alunos aprendem conteúdos e

10 A dissertação de Rodrigues, focada nas Caixas Didáticas do MAE, serviu de base para a publicação *Caixas Didáticas do MAE: um guia para sua elaboração* (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2019). Voltada para os professores dos ensinos fundamental e médio, o guia explica o histórico das Caixas, suas maneiras de elaboração e ensina possíveis interessados a produzir suas próprias caixas, com intuito pedagógico.

11 O trabalho de Furquim é focado nas peças oriundas do litoral paranaense, que constituem grande parte do acervo de Cultura Popular do Museu. É importante notar que, além da pesquisa acerca desses objetos, se deve também à Barbara a organização preliminar dessas peças na atual Reserva Técnica do MAE.

práticas que não são abrangidos nas salas de aula. Eles têm cursos sobre conservação e princípios técnicos dos museus, participam de trabalhos de campo e se envolvem em grupos de estudo – como é o caso do Laboratório de Pesquisas Interdisciplinares, que congrega a equipe do museu, os bolsistas e estudantes de pós-graduação; do Grupo de Estudos e Laboratório de Etnologia Indígena e Arqueologia e do Grupo de Estudos de Cultura Popular, constituídos por pesquisadores do museu e bolsistas das unidades de Etnologia, Arqueologia e Cultura Popular (Figura 2).

Diante do exposto, fica claro que, no MAE-UFPR, ensino, pesquisa e extensão caminham juntos. O princípio da indissociabilidade entre esses três pontos, previsto na Constituição de 1988 para as universidades, se reflete, sem dúvida, não apenas nas ações do MAE, mas na atuação da maioria dos museus universitários. No entanto a faceta da extensão é a que mais se destaca e, em certo sentido, engloba as outras.

FIGURA 2

Curso de Conservação e Princípios Técnicos de Museus, coordenado pelas museólogas e oferecido aos bolsistas anualmente. Fonte: Arquivo MAE-UFPR. Douglas Frois (2019).



As origens do MAE já remetem a esse papel extensionista do museu enquanto agente externalizador do conhecimento produzido na universidade por meio de exposições e de oferta de cursos e seminários para a comunidade interna e externa. Nos últimos anos, essa dimensão extensionista ganhou novos contornos e há um esforço da equipe para estabelecer o diálogo e a troca com as comunidades conectadas ao acervo. O museu desempenha não apenas o papel de exteriorizar o conhecimento, mas também o de dialogar e de construir o conhecimento em conjunto com a comunidade.

Esse potencial extensionista dos museus universitários foi destacado por Emanuela Sousa Ribeiro. A autora chama atenção para a proximidade que existe entre a atual concepção de extensão universitária e as concepções de museus propostas nas reuniões de Santiago do Chile (1972) e de Caracas (1992). Nos anos 1970, foi discutida a importância da integração, tanto dos museus quanto da extensão feita pelas universidades, à vida do conjunto da sociedade. Vinte anos depois, tanto a concepção da extensão quanto a dos museus foi repensada e incluída a importância da comunidade enquanto protagonista e cogestora desses espaços (RIBEIRO, 2013). Nas palavras da autora:

Para os museus, a declaração de Caracas propugnou, principalmente, a integração dos museus à vida comunitária. Neste mesmo período foi formulado o atual conceito de extensão, baseado na perspectiva de Santos, que incorporou o conceito de “interação dialógica entre a Universidade e a sociedade” (RIBEIRO, 2013, p. 99).

Esse novo entendimento sobre os museus e sua função social, iniciada nos anos 1970 com a Declaração de Santiago do Chile, seguiu promovendo mudanças nos anos 1980, com a Declaração de Quebec e, nos anos 1990, com a de Caracas. Essa nova museologia trouxe a chamada Museologia Social, que propõe museus mais abertos às comunidades e à sociedade em geral, e que se firmou como um campo teórico da museologia e segue promovendo importantes debates sobre a integração dos museus com a sociedade¹².

12 Inúmeros autores e autoras abordam a Museologia Social, como Mario Moutinho (2014), Mário Chagas (2018), Marcelle Pereira (2016), entre outros.

Vale a pena destacar, a esse respeito, que uma reflexão mais consistente da equipe do MAE sobre sua função social se deu principalmente na prática, por meio de suas ações. No mesmo sentido, precisamente pelo fato de as pessoas da equipe provirem de diferentes disciplinas, o acesso à produção acadêmica da museologia ocorreu por meio do diálogo com colegas de outros museus, no contexto de seminários e encontros, mais do que pela leitura sistemática da bibliografia especializada. Foi de especial importância, a esse respeito, a participação de parte da equipe em encontros organizados pelo Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, sob a coordenação de Marília Cury, focados na relação entre os povos indígenas e os museus¹³.

Foi com essas discussões acerca das relações entre museus e sociedade, e também pela própria experiência das ações propostas pelo museu, que nos últimos dez anos o MAE desenvolveu atividades que intensificaram o diálogo e a cooperação com diferentes agentes sociais externos à universidade, procurando não mais trabalhar para a comunidade, mas com ela (PASQUALUCCI, 2020). Um tipo de ação promovida e explorada são as curadorias colaborativas em exposições. Em 2011 foi aberta, na sede expositiva de Paranaguá, a exposição “No ritmo do fandango”, que exibia fotos e instrumentos musicais produzidos pela comunidade caiçara do litoral paranaense. A equipe do museu centrou a exposição não apenas nos objetos existentes no acervo, mas procurou os detentores dos saberes e fazeres relativos ao fandango para que a exposição tivesse uma visão mais atual, não cristalizada, da cultura caiçara (Figura 3). A construção da exposição e de um curto documentário¹⁴ sobre a fabricação de instrumentos musicais foi produto do constante diálogo com os mestres fandangueiros da região, que inclusive fizeram doação de objetos para o acervo do museu. No evento de abertura, eles foram os protagonistas, participando da mesa de abertura e fazendo uma apresentação musical. Esse foi um dos primeiros esforços da equipe para inserir a comunidade nas ações do museu, ainda que de maneira pontual.

13 Encontros Paulistas sobre questões indígenas e museus, celebrados em Tupã.

14 O documentário pode ser visto no Canal do MAE-UFPR no YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_CZJrHSgoDM&t=575s. Acesso em: 10 dez. 2020.

FIGURA 3

Apresentação de mestres fandangueiros do litoral do Paraná na abertura da exposição “No ritmo do fandango”. Fonte: Arquivo MAE-UFPR. Douglas Fróis (2011).



Mais recentemente, entre 2017 e 2019, outros projetos mais extensos foram realizados. A exposição “Nhande Mbya Rekó – Nosso jeito de ser Guarani”, desenvolvida em conjunto com cinco comunidades Mbya Guarani do litoral Paranaense¹⁵, e exibida no Prédio Histórico em Paranaguá, foi uma dessas iniciativas (Figura 4). Durante o ano de 2017, foram realizadas diversas reuniões e visitas, tanto da equipe às aldeias quanto dos Mbya Guarani à Reserva Técnica do museu e à sua sede expositiva. Nesses encontros foram definidos o tema da exposição, narrativa, percurso, identidade visual e as peças que a comporiam. A abertura da mostra contou com a presença de membros de todas as aldeias participantes, com suas falas de apresentação, venda de artesanato, apresentação do coral e uma roda dos *xondaro*, os guerreiros mbya guarani. A exposição ficou em cartaz entre julho de 2018 e outubro de 2019.

15 Aldeias Pindoty (Terra Indígena Ilha da Cotinga/Paranaguá-PR), Kuaray Guata Porã (TI Cerco Grande Guaqueçaba/PR), Guaviraty e Karaguata Poty (TI Sambaqui/Pontal do Paraná/PR) e Kuaray Haxa (Morretes/PR).

FIGURA 4

Reunião para construção da exposição *Nhande Mbya Rekó* com representantes dos Mbya Guarani do litoral paranaense. Fonte: Arquivo MAE-UFPR. Douglas Frois (2018).



Foi também nesse período em que se executou o projeto “Histórias de faxinais”, ganhador do 8º Prêmio Ibero-americano de Educação e Museus¹⁶. Entre 2018 e 2019, a equipe desenvolveu três produtos em conjunto com a comunidade de Faxinal dos Ribeiros, localizada no município de Pinhão, interior do Paraná: um livro (publicado em português e em espanhol) de histórias narradas pelas crianças do Colégio Estadual do Campo Prof. Izaltino Rodrigues Bastos; uma mostra itinerante que trazia fotografias e objetos presentes no cotidiano dessa população, que foi exposta no Colégio em Faxinas dos Ribeiros e na UFPR, em Curitiba; e uma websérie com as histórias narradas pelos faxinalenses. As ações do projeto envolveram alunos do Colégio, professores, pais e avós, que trouxeram as memórias e narrativas da região para essas diferentes mídias (Figura 5).

¹⁶ Mais informações sobre o projeto estão disponíveis em: <http://www.mae.ufpr.br/historiasdefaxinais/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

FIGURA 5

Entrevista realizada durante o desenvolvimento do projeto História de Faxinais em Pinhão-PR. Fonte: Arquivo do MAE-UFPR. Douglas Frois (2018).



Para finalizar, outra ação extensionista do MAE que dialoga com o público escolar é o projeto de extensão “Narrativas compartilhadas no MAE”, que realiza atividades em conjunto com a Escola Municipal Sully da Rosa Villarinho, em Paranaguá. Desde 2017, a iniciativa busca diminuir a distância entre os alunos e professores da escola e o MAE, tentando desconstruir a ideia de que os museus são lugares para serem visitados uma única vez. Através do projeto, que leva a escola ao museu, mas também o museu à escola, por meio de visitas da equipe ao colégio, constrói-se uma relação mais ativa entre o MAE e os alunos e professores, que passam a perceber a instituição presente no dia a dia da cidade e a entendê-la como um lugar em que é possível se sentir representado.

5 MUSEUS UNIVERSITÁRIOS E EXTENSÃO: CAMINHOS QUE SE CRUZAM

Pretendemos ao longo deste artigo mostrar os caminhos e as transformações da extensão universitária dentro do MAE-UFPR, desde sua origem, nos anos 1960, quando ainda não havia uma institucionalização da extensão nas universidades, até sua atuação mais recente, com a extensão já consolidada como um dos pilares fundamentais da instituição. Conforme demonstramos, ensino, pesquisa e extensão convivem nos projetos e cotidiano do MAE, mas a extensão acaba tendo papel especialmente destacado. Todas as atividades de ensino – como os grupos de estudos e os cursos ministrados para a comunidade externa e bolsistas – estão relacionadas à extensão, da mesma forma que as ações relacionadas à pesquisa – como as pesquisas de campo com comunidades tradicionais e as pesquisas do acervo realizadas pelos bolsistas – também se ligam a ela. Nesse sentido, consideramos possível afirmar que, no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR, a extensão acaba englobando tanto a pesquisa quanto o ensino.

Esse englobamento acontece por dois motivos. De um lado, as políticas de extensão permitem que o espaço do museu seja apropriado pelos alunos da universidade que, portanto, acabam somando à sua formação conhecimentos acerca do patrimônio material e imaterial e um acesso à cultura que geralmente não é assegurado pelos cursos de graduação (PASQUALUCCI, 2020). De outro, a extensão também permite que o diálogo entre o museu e a comunidade externa – formada principalmente pelas populações indígenas, caiçaras, faxinalenses, assim como pela comunidade parnanguara e o público escolar –, de extrema importância para o MAE, possa acontecer.

É importante notar, para concluir, que a extensão tem ganhado cada vez mais importância no âmbito acadêmico e sua curricularização, em breve, será uma realidade em todas as universidades federais brasileiras, o que acarretará uma transformação nos cursos de graduação e pós-graduação. A Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que definiu o Plano Nacional de Educação (2014-2024), prevê como uma de suas metas “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

A partir da experiência do MAE, consideramos que os museus universitários, como espaços privilegiados para a extensão, têm grande potencial para que diferentes departamentos possam desenvolver neles a creditação das atividades extensionistas. Para que isso aconteça, é necessário refletir sobre as formas dessa aliança, o que deverá trazer benefícios tanto para esses museus quanto para os departamentos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Tal antropologia, qual museu? In: ABREU, R.; SEPÚLVEDA DOS SANTOS, M., et al (Ed.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2007.

AMOROSO, M. Crânios e cachaça: coleções ameríndias e exposições no século XIX. *Revista de História*, n. 154, p. 119-150, 2006.

ANDERSON, Gustavo. *Entre a ciência e a nação: José Loureiro Fernandes, um intelectual em circulação pela contenda da antropologia*. (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da UFPR, UFPR, Curitiba, 2018.

BACKX, Isabela. *A produção de discursos sobre homem e humanismo no Museu do Homem Americano e no Musée de l'Homme*. 2018. (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BOYLAN, Patrick. Universities and Museums: Past, Present and Future. *Museum Management and Curatorship*, v. 18, n. 1, p. 43-56, 1999.

CARID NAVEIRA, Miguel; PRESTES, Andréia; ROSATO, Márcia Cristina. Caixinhas do MAE: encontros entre o público e o acervo museológico. *Extensão em Foco*, n. 10, p. 102-108, 2014.

CHAGAS, Mario e PIRES, Vladimir Sibylla (Orgs.) *Território, museus e sociedade: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: UNIRIO; Brasília: Ibram, 2018.

CHAPMAN, William Ryan. Arranging Ethnology: A.H.L.F. Pitt Rivers and the Typological Tradition. In: STOCKING, G. W. (Ed.). *Objects and Others: Essays on Museums and Material Culture*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1985.

CHMYZ, Igor. Lembrando José Loureiro Ascensão Fernandes, um semeador. *Arqueologia. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*, v. 3, n. especial, 2005.

CORDEIRO, Julia Reis. Uma exposição e suas visões: visitas guiadas ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná. *Revista Discente Planície Científica*, v. 2, n. 1, 2020.

COSTA, Renata Pina. *A incorporação de objetos Urubu Kaapor no acervo do MAE e do Museu Paranaense*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

FERNANDES, José Loureiro. Os Índios da Serra dos Dourados. *Bulletin of the International Committee on Urgent Anthropological and Ethnological Research*, n. 5, p. 151-155, 1962.

- FURQUIM, Bárbara Bueno. *A história de vida do acervo de cultura popular do litoral paranaense do MAE-UFPR*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PPGA, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- FURTADO, Maria Regina. *José Loureiro Fernandes: o paranaense do Museu*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.
- HELM, Maria Cecília Vieira. O legado de Loureiro Fernandes. *Arqueologia. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*, v. 3, n. especial, 2005.
- KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. José Loureiro Fernandes, um intelectual na “província”. *Arqueologia. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*, v. 3, n. especial, 2005.
- KREPS, Christina. University Museums as Laboratories for Experiential Learning and Engaged Practice. *Museum Anthropology*, v. 38, n. 2, p. 96-111, 2015.
- LIMA, Edilene Coffaci de. De documentos etnográficos a documentos históricos: a segunda vida dos registros sobre os Xetá (Paraná, Brasil). *Sociologia & Antropologia*, v. 8, p. 571-597, 2018. ISSN 2238-3875. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752018000200571&nrm=iso. Acesso em: 10 dez. 2020.
- MARANHÃO, Maria Fernanda. Do museu para a academia: a trajetória intelectual de Loureiro Fernandes e a institucionalização da Antropologia no Paraná. *Arqueologia: Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*, v. 3, n. especial, p. 155-171, 2005.
- MOUTINHO, Mário C. Definição evolutiva de sociomuseologia: proposta de reflexão. *CADERNOS DO CEOM, Museologia Social*, Chapecó, ano 27, n. 41, p. 423-427, dez. 2014.
- PASQUALUCCI, Luciana. Cultura, fenômenos sociais e currículo do Ensino Superior: articulações via museu e universidade. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 60, p. 3-20, 2020.
- PEREIRA, Marcelle e GOUVEIA, Inês. A emergência da museologia social. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 9, n. 2, p. 726-745, jun./dez. 2016.
- PEIXOTO, Fernanda A. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras 1930-1960. In: MICELI, S. (Ed.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Vértice, 1989.
- PEYDRO, Laurence. *Exhibitions: L'invention du sauvage*. Paris: Musée du Quai Branly 2011. Catálogo de exposição.
- POLITANO, Lucas *et al.* Por dentro da exposição. *Revista TOM*, v. 2, n. 4, p. 198-205, 2016.
- RIBEIRO, Emanuela Sousa. Museus em universidades públicas: entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília*, v. 2, n. 4, p. 88-102, maio/jun. 2013.
- ROCHA, Regina Maria de Campos. Prof. Loureiro Fernandes: os últimos tempos. *Arqueologia. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*, v. 3, n. especial, 2005.
- RODRIGUES, Maria Cristina. *Caixas e coisas: o MAE expandido*. Monografia (Bacharel em Curso de Ciências Sociais) – Curso de Ciências Sociais, UFPR, Curitiba, 2014.

ROSATO, Márcia Cristina. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE-UFPR). In: CURY, M. X.; VASCONCELLOS, C. D. M., et al. (Ed.). *Questões indígenas e museus: debates e possibilidades*. Brodowski: ACAM Portinari: MAE-USP: SEC, 2012.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção. *Mana*, v. 3, n. 1 & 2, p. 41-73; 103-150, 1997.

SALLAS, Ana Luisa F. O lugar do popular e do folclórico no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR. In: OLIVEIRA, M. D.; SZWAKO, J. (Ed.). *Ensaio de sociologia e história intelectual do Paraná*. Curitiba: Editora UFPR, 2009.

SILVA, Carmen Lucia. *Sobreviventes do extermínio: uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá*. Dissertação (Mestrado em Antropologia social) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SIMPSON, Andrew John. Beyond visitor statistics: value propositions and metrics for university museums and collections. *Museum Management and Curatorship*, v. 32, n. 1, p. 20-39, 1 jan. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/09647775.2016.1253035>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SOUZA, Luana Maria de. *Contextos e processos da formação de coleções etnográficas entre os Xetá*. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SCHWARCZ, L. O nascimento dos museus brasileiros. 1870-1910. In: MICELI, S. (Ed.). *História da ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 2001.

VÖRÖS, Aline. *Trajetórias e interações: os objetos da caixa didática “Padrões de Beleza” do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE-UFPR)*. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Museu de Arqueologia e Etnologia. *Caixas didáticas do MAE: um guia para sua elaboração*. Curitiba: Editora da UFPR, 2019.

